

FUNCIONALISMO/ Servidores com salários mais elevados do que a média, como os do Judiciário, tendem a se beneficiar com a migração para o sistema de previdência complementar do Serviço Público Federal. Mas é preciso fazer bem as contas

De olho na aposentadoria

» ROSANA HESSEL

A nova janela de migração dos regimes de aposentadoria dos servidores públicos de todos os Poderes está correndo. Essa mudança, de acordo com o diretor-presidente da Fundação de Previdência Complementar do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), Amarildo Vieira de Oliveira, tende a ser mais vantajosa para os servidores do Judiciário, com a média salarial de R\$ 9,5 mil, acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de R\$ 7.087,22.

“No Executivo, há carreiras que remuneram abaixo do teto e, no Judiciário, a remuneração acaba sendo maior”, disse Oliveira. Ele citou casos de categorias recebendo uma remuneração mais próxima do teto do funcionalismo, de R\$ 39 mil (sem contar os penduricalhos da magistratura, que acabam extrapolando esse limite), em que a migração pode ser mais vantajosa. “O importante é fazer sempre as contas”, disse ele, acrescentando que o site da Funpresp possui uma ferramenta para fazer simulações.

Aqueles que entraram no serviço público antes de 2013 podem fazer a mudança até 30 de novembro, conforme previsto na Medida Provisória nº 1.119/2022, publicada em 26 de maio no *Diário Oficial da União*, que ainda não foi apreciada no Congresso. Com a reforma previdenciária de 2019, o teto do INSS também passou a ser a remuneração máxima dos servidores que se aposentam pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) — se quiserem receber acima desse valor, será

preciso aderir ao Regime de Previdência Complementar (RPC).

A nova janela de migração foi aberta como condição da reforma de 2019 para que os servidores avaliassem os regimes de aposentadoria. Um dos atrativos, lembram os analistas, é o Benefício Especial (BE), bônus de adesão, calculado pelo tempo de contribuição, que é um dos principais atrativos para a mudança, mas sofreu alterações nessa nova janela.

O presidente da Funpresp-Jud reconheceu que as condições do BE não são as mesmas do que as anteriores, logo, quem se adiantou, conseguiu vantagens maiores. “Eu migrei na segunda janela e era mais vantajoso do que agora. A pessoa que não migrou vê que o valor do Benefício Especial diminuiu devido às mudanças com a reforma. Mas é preciso fazer o cálculo e as simulações, porque não foi para todos que piorou ou deixou de ser vantajoso”, destacou.

Na semana passada, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estendeu o prazo da MP 1.119/22 por mais 60 dias e a expectativa é de que a matéria — que já recebeu 201 emendas — deverá ser colocada na pauta do próximo esforço concentrado do Legislativo, no fim deste mês.

Desde a publicação da MP, apenas 52 servidores do Judiciário fizeram a migração para a Funpresp-Jud. A expectativa de Oliveira é de que, pelo menos, 6 mil servidores do Judiciário façam a mudança de regime. “Esperamos, ao menos, o mesmo volume de adesões da última janela”, disse. Mas ele torce para que esse dado passe de 10 mil. “O brasileiro costuma deixar tudo para o último dia. Muitos acabam ficando com medo sobre

Felipe Sampaio/SCO/STF



Amarildo de Oliveira: expectativa de 6 mil adesões à Funpresp-Jud

a questão de que a migração ser irrevogável, mas o cálculo do benefício pode ser corrigido ou até melhorado”, acrescentou.

Vantagens

De acordo com o diretor, a Fundação tem um patrimônio de quase R\$ 2 bilhões e 23,4 mil participantes em um universo de 120 mil servidores ativos. Já a Funpresp-Exe, que inclui os trabalhadores do Executivo e do Judiciário, possui um patrimônio de R\$ 5,6 bilhões e 92,5 mil participantes.

Uma das vantagens da migração apontadas por Oliveira e seus assessores é que, quando se aposentar, o servidor não precisará continuar contribuindo com 11% a 22% do salário, dependendo do rendimento, para o RPPS, pois o percentual vai incidir sobre o teto do INSS. Além disso, após fazer a migração e aderir ao fundo, para cada real que o trabalhador aplicar nas Funpresps, o governo federal fará um depósito de mesmo valor. Vale lembrar que a participação da União com a paridade está limitada a 8,5% da

Rentabilidade					
VEJA O COMPARATIVO DO RENDIMENTO DO FUNDO PB DA FUNPRES-P-JUD E DE APLICAÇÕES DO MERCADO (EM %)					
Ano	PB*	EAPC*	CDI	Poupança	IPCA
2014	10,05	7,58	10,8	17,08	6,41
2015	13,60	6,80	13,24	8,07	10,67
2016	14,03	17,56	14,00	8,30	6,29
2017	10,91	11,95	9,93	6,61	2,95
2018	8,87	8,72	6,42	4,62	3,75
2019	12,15	12,66	5,96	4,26	4,31
2020	8,81	5,14	2,76	2,11	4,52
2021	3,42	2,76	4,42	3,15	10,06
2022**	1,15	n/d	5,42	2,91	5,49

*PB: Plano de Benefícios (formado pelas Reservas – que são individuais e mais o FCBE – que é coletivo – da Funpresp-Jud)

*EAPC: Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC)

**Acumulado Jan-Jun

» Criada pela Resolução STF nº 496/2012, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) é uma entidade fechada que possui mais de 23 mil participantes e faz a gestão de quase R\$ 2 bilhões de patrimônio dos participantes. Já a Funpresp-Exe atende 92,5 mil servidores do Executivo e do Legislativo e tem um patrimônio de R\$ 5,6 bilhões.

diferença entre o teto do INSS e o salário do funcionário público.

Apesar de o novo prazo expirar em 30 de novembro, se não for votada antes do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro, a MP vai caducar em 5 de outubro, informou Cristiano Heckert, presidente da Funpresp-Exe, em entrevista ao *Correio* publicada no último dia 2. Pelas estimativas dele, a migração seria vantajosa para cerca de 100 mil funcionários do Executivo.

Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional, reconheceu que o servidor precisa fazer as

contas e refletir muito antes de migrar e destacou que a MP ainda precisa ser aperfeiçoada e melhorada, principalmente o Benefício Especial. Na avaliação dele, no caso de aposentadoria por morte, a migração é mais vantajosa. “Tem alguns fatores que pesam, como o fato de não pagar a contribuição previdenciária no RPC durante a aposentadoria. Quem permanecer com a paridade (do RPPS), continuará pagando contribuição previdenciária, de 11% a 22%. É preciso olhar sempre o líquido nessas contas e não no bruto”, destacou.

MERCADOS

Bolsa tem sexto dia de alta

Miguel Schincariol/AFP



Painel de cotações da B3: inflação e ata do Copom ajudaram o Ibovespa a fechar com ganho de 0,23%

O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve ontem a sexta elevação diária consecutiva, avançando 0,23% e fechando aos 108,651 pontos. Segundo analistas, a alta refletiu o bom humor dos investidores com o resultado da inflação de julho e a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgados ontem.

“O IPCA veio em linha com o esperado, com a deflação de 0,68% em julho. Temos uma inflação acalmado, o que em tese traz alívio também para os ativos de risco. Mas o mercado continua olhando muito para o exterior, e estará atento, amanhã (hoje), à divulgação da inflação nos Estados Unidos”, observou Caio Tonet, sócio-fundador e head de renda variável da W1 Capital, referindo-se à cautela observada em parte da sessão na B3. “A inflação americana tem balizado movimentos de mercado ao redor do mundo”, acrescentou Wellington Filho, especialista em renda variável da Blue3.

Com o desempenho de ontem, o Ibovespa sobe 2,05% na semana, 5,32% no mês, e 3,65% no ano.

Ontem, o bom desempenho das ações de maior peso e liquidez contribuiu para a alta do índice. Petrobras ON e PN subiram, respectivamente, 1,32% e 1,64%, enquanto Vale ON teve alta de 2,07% e os ganhos entre os grandes bancos chegaram a 2,61% (Itaú PN, com boa recepção aos números trimestrais da instituição, apresentados na noite anterior).

Na ata do Copom — que na semana passada elevou a taxa Selic para 13,75% ao ano —, o mercado interpretou que o Banco Central teria sinalizado que deve encerrar o ciclo de alta nesse patamar, que, entretanto, deve permanecer nesse nível por mais tempo. “A ata do Copom deixou a comunicação mais clara”, disse Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos. No entanto, o espaço para novas altas não foi fechado. “A ata me pareceu um pouco mais dura do que o comunicado divulgado após a reunião, com mais trechos mencionando a possibilidade de seguir com ajustes, de entrar em território ainda mais contracionista, linguagens que já foram utilizadas anteriormente para indicar novas altas de juros”,

afirmou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Dólar

Depois de quatro pregões seguidos de queda, nos quais acumulou baixa de 3,15%, o dólar à vista subiu na sessão de ontem, em meio a ajustes de posições e movimentos de realização de lucros. A divisa fechou em R\$ 5,129, avanço de 0,32%. Na semana, a moeda norte-americana apresenta leve perda, de 0,72%.

“O dólar caiu bastante nos últimos dias, com entrada de fluxo externo e também desmonte de posição comprada, que ganha quando o dólar sobe no mercado futuro. Houve um movimento de correção”, afirmou o operador de câmbio Hideaki Iha, da Fair Corretora. Segundo o analista de câmbio da corretora Ourominas, Elson Gusmão, houve também uma atuação mais intensa por parte de importadores na sessão de ontem, o que contribuiu para a alta do dólar. “Percebi compras de importadores importantes, que aproveitaram a queda recente para realização de grandes pagamentos”, disse Gusmão.

Informe Publicitário

Brasília
Ano IV - nº 5766

3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

www.ciee.org.br

Evento no Teatro CIEE reforça a necessidade de modernizar a Lei da Aprendizagem

O Teatro do CIEE, em São Paulo, recebeu o deputado federal Marco Bertaiolli. Para uma plateia com mais de 400 aprendizes, o mandatário reiterou a necessidade da modernização da Lei da Aprendizagem para benefício dos jovens e adolescentes, e também das empresas. Entre as bandeiras do Estatuto da Aprendizagem, projeto de lei do qual Bertaiolli é relator, estão o cálculo simplificado da cota de aprendizes, e o “Bolsa Aprendiz”, um auxílio do governo federal às pequenas e micro empresas que contratarem aprendizes. Atualmente apenas organizações de médio e grande porte precisam obrigatoriamente contratar jovens entre 14 e 24 anos incompletos.

O bate-papo a respeito da Lei da Aprendizagem ainda contou com apresentação de Marcelo Gallo, superintendente de Administração, Finanças e Tecnologia do CIEE, abertura de Humberto Casagrande, CEO do CIEE, e Antônio Pasin, superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda). Confira como foi o evento que discutiu a empregabilidade para os jovens no QR Code Abaixo:

Traga a sua vaga de **Estágio ou Aprendizagem** para o CIEE

www.ciee.org.br 3003-2433